

Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano
Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca
(Organizadores)

SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO: múltiplos olhares



Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano

Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

(Organizadores)

SABERES E PERSPECTIVAS

NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115 Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares / Organizadores Leila Fernanda Mendes Everton Rego, Maria de Jesus dos Santos Diniz, Willian Costa Rosa, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outros organizadores
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe
Daniele de Jesus Moreira Costa
Jailson Araújo Cipriano
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Maria José de Melo e Alvim Aguiar
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0556-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.566221409>

1. Educação. 2. Alfabetização. 3. Inclusão escolar. I. Rego, Leila Fernanda Mendes Everton (Organizadora). II. Diniz, Maria de Jesus dos Santos (Organizadora). III. Rosa, Willian Costa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.arenaeditora.com.br
contato@arenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço, comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

Prezados estudantes e pesquisadores, esta coletânea de dezesseis artigos intitulada ***Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares***, concatena os esforços dos mestrandos da quarta turma do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica¹ (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que durante o percurso acadêmico e sob o olhar atento dos seus orientadores, desenvolveram pesquisas resultantes das inquietações no fazer profissional docente na Educação Básica, tal como anuncia a epígrafe.

Os múltiplos olhares que se apresentam no decorrer dos capítulos, transitam em campos diversos da educação como: alfabetização, Educação Infantil, igualdade de gênero, currículo, formação continuada de docentes, Educação Especial e Inclusiva, cultura digital, entre outros, corroborando, dessa maneira, com a educação escolar nas áreas da Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Química, Biologia, Tecnologia, Arte e Educação Física, em seus diversos aspectos. Todas as contribuições aqui expostas possibilitam reflexões críticas sobre as pluralidades no contexto da Educação Básica, seja para quem ensina, seja para quem aprende.

Do exposto, desejamos que a leitura crítica deste material permita aos profissionais da educação a articulação entre saberes e prática, estimulando a capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes, de modo a intervir intencional e conscientemente, quando necessário, na práxis educativa.

Boa leitura!

Leila Fernanda Mendes Everton Rego


¹ O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) foi aprovado na 157ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em março de 2015. O Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica é o segundo da UFMA e é o primeiro da área da educação no Maranhão. O Objetivo do Curso é formar profissionais para desenvolverem saberes, competências e habilidades específicas nas áreas do ensino da Educação Básica, levando em conta a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias educacionais. Fonte: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?l=pt_BR&idPrograma=1381. Acesso em Julho de 2022.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 8

SABERES DOCENTES DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE LEITORES


Daniele de Jesus Moreira Costa
Leila Fernanda Mendes Everton Rego
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214091>

CAPÍTULO 2..... 20

ENUNCIÇÕES INFANTIS PARA A ORGANIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE LEITURA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO


Solange Cristina Campos de Jesus
Samuel Luís Velázquez Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214092>

CAPÍTULO 3..... 30

A PRESENÇA DAS AÇÕES LÚDICAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Dania Rafaela Ferreira Carvalho
Rita Maria de Sousa Franco
José Carlos de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214093>

CAPÍTULO 4..... 40

TRAJETOS E DESAFIOS: O QUE DIZ O COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO LUÍS?


Maria José de Melo e Alvim Aguiar
Maria José Albuquerque Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214094>

CAPÍTULO 5..... 51

IGUALDADE DE GÊNERO E ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relações possíveis

Elisângela Santos de Amorim
Letícia Régia Gomes Souza
Sônia Giselly Karolczyk Correia


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214095>

CAPÍTULO 6..... 65

CURRÍCULO: AVANÇOS E RETROCESSOS À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Mariana Guelero do Valle
Sônia Giselly Karolczyk Correia

Letícia Régia Gomes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214096>


CAPÍTULO 7..... 78

CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe

Leila Fernanda Mendes Everton Rego

Maria José Albuquerque Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214097>

CAPÍTULO 8..... 88

ENTRE CONVERSÇÕES: CURRÍCULO E FILOSOFIA

João Ferreira da Páscoa Filho

Raimundo Nonato Assunção Viana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214098>

CAPÍTULO 9..... 98

ESTUDOS CURRICULARES INCLUSIVOS NO CAMPO DA MATEMÁTICA

Rosangela dos Santos Rodrigues

Raimundo Luna Neres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214099>

CAPÍTULO 10..... 108

DIVERSIFICAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Ísis de Paula Santos Mendonça

Jailson Araujo Cipriano

Lívia da Conceição Costa Zaquero


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140910>

CAPÍTULO 11..... 119

DEFICIÊNCIA VISUAL E ENSINO DE QUÍMICA: um panorama sobre as pesquisas inseridas no contexto nacional

Fabiane Silva Martins

Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140911>

CAPÍTULO 12..... 127

A ARTE CONTEMPORÂNEA COMO CONTEÚDO DO CURRÍCULO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria de Jesus dos Santos Diniz


João Fortunato Soares de Quadros Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140912>

CAPÍTULO 13..... 137

A REPRESENTAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOLA COMO ELEMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA


Antonio de Assis Cruz Nunes
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Rosinelia Machado Barbosa
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140913>

CAPÍTULO 14..... 147

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO ESCOLAR QUILOMBOLA

Élia Poliene Correia Araújo
Willian Costa Rosa
Raimundo Nonato Assunção Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140914>

CAPÍTULO 15..... 157

MAPAS MENTAIS E MAPAS CONCEITUAIS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA


Ana Telma da Silva Miranda
Mariana Guelero do Valle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140915>

CAPÍTULO 16..... 171

DOCÊNCIA E ENSINO HÍBRIDO: CONCEPÇÕES DE PARIDADE NA CULTURA DIGITAL

Shirlene Coelho Smith Mendes
Jermamy Gomes Soeiro
João Batista Botenttuit Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140916>

ESTUDOS CURRICULARES INCLUSIVOS NO CAMPO DA MATEMÁTICA

Rosângela dos Santos Rodrigues

Universidade Federal do Maranhão
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/9660693912417685>

Raimundo Luna Neres

Universidade Paulista
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/7000824780344739>

RESUMO: Este trabalho se propõe a fazer um estudo sobre os estudos curriculares inclusivos no campo da matemática. Para tanto, inicialmente abordou-se o conceito de currículo e alguns estudos sobre o tema. Trata de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Dialogou-se por fim, sobre as adaptações curriculares para a garantia da inclusão nas aulas de matemática. Como resultados da investigação percebeu-se que pouco se sabe e se discute sobre este tema no cenário nacional, carecendo que esta temática precise ser mais explorada no universo acadêmico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Inclusão. Ensino de Matemática.

INCLUSIVE CURRICULAR STUDIES IN THE FIELD OF MATHEMATICS

ABSTRACT: This work proposes to carry out a study on inclusive curriculum studies in the field of mathematics. To do so, the concept of curriculum and some studies on the subject were initially addressed. It is a bibliographic research

with a qualitative approach. Finally, there was a dialogue about the curricular adaptations to guarantee inclusion in mathematics classes. As a result of the investigation, it was noticed that little is known and discussed on this topic in the national scenario, requiring that this theme needs to be further explored in the Brazilian academic universe.

KEYWORDS: Curriculum. Inclusion. Teaching Mathematics.

1 | INTRODUÇÃO

Na atualidade o cenário educacional abre espaço para discussões que levam em consideração novas configurações de ensino no âmbito escolar. Arroyo (2000, p. 231), afirma que “a escola e os docentes têm de estar atentos às mudanças”, pois estas implicam diretamente nas ressignificações de práticas e metodologias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. É interessante ressaltar que para a efetivação de uma perspectiva de educação mais eficiente, que promova de fato a aprendizagem dos estudantes, há que se pensar na forma como o ensino tem sido aplicado nos mais diversos campos do saber. Nesse sentido, com o ensino de Matemática não poderia ser diferente, por serem disciplinas da área de exatas, muitos estudantes sem nenhuma deficiência acabam tendo inúmeras dificuldades para apreender os conteúdos ligados a esses campos do saber e quando se trata de sujeitos

com deficiência as dificuldades e barreiras só se ampliam cada vez mais.

Na área do ensino de matemática o discurso moderno enfatiza bastante os instrumentos para ampliar a capacidade de percepção, de ação e de resolução de problemas. Contudo, por vezes, essa tarefa se restringe somente ao “ensino de técnicas ou instrumentos que poderão ser utilizados pelos alunos na vida prática para solucionar problemas” (NUNES, 2005, p. 35).

Compreende-se, portanto, que deve haver no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes a clareza sobre os usos das operações na resolução de situações-problema em diferentes contextos e práticas sociais, dessa forma, o trabalho com as operações deve estar imerso desde o primeiro momento de escolarização. A existência de uma proposta pedagógica pautada na resolução de situações-problemas pode proporcionar aos estudantes a constituição de diversos tipos de relações entre objetos, ações e eventos que são promovidos a partir do próprio modo de pensar de cada uma, pois os mesmos constroem logicidades que devem ser consideradas pelo professor. Essa condição favorece os métodos de construção e consolidação dos conceitos matemáticos necessários à resolução de determinados problemas. Nessa perspectiva, entende-se que o professor deve sempre estar buscando uma formação que o prepare para dada realidade e que o mobilize para incluir os estudantes que porventura tenham algum tipo de deficiência, a fim de garantir a estes, o acesso aos conteúdos de forma qualitativa.

O histórico da educação inclusiva no Brasil não acompanhou os dos países europeus e norte-americanos, iniciados após a Revolução Francesa, permanecendo num período de negligência ou omissão até a década de 50. Desta forma, apenas em 1970 que aconteceu no país a institucionalização da Educação inclusiva em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial, e deste então, somente com a constituição de 1988 que foi garantido o atendimento educacional aos indivíduos que apresentam deficiência, através do estabelecimento da integração escolar (MIRANDA, 2003). Isto se reflete na construção de currículo que tem sido desenhado no decorrer dos tempos. Daí a importância de se refletir sobre que currículo é esse e se de fato podemos falar em currículo inclusivo.

Voltar-se para a diversidade humana, no sentido de observar as singularidades dos seus sujeitos tornou-se peça fundamental do século para registrar a sua complexidade cultural, física e pessoal, dando foco aos direitos de inclusão social para pessoas com deficiência (MAZZONI et al, 2001). Sendo assim, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 19).

Segundo Machado (2007) os registros históricos apontam que a sociedade sempre demonstrou uma atitude negativa e de exclusão em relação às pessoas com deficiências. Chegou-se a pensar que essas pessoas não precisavam aprender, informar-se e conviver. Porém, com o passar dos anos essa realidade vem se modificando, como afirma Magalhães (2003): “em sociedades democráticas a educação representa um direito de toda a população, incluindo então as pessoas denominadas portadoras de necessidades educacionais especiais”.

Está na constituição que a educação é um direito de todos para todos, não excluindo nenhum indivíduo pela raça, classe social ou por alguma deficiência. Da mesma forma, a educação é possível, pois tem como objetivo a formação do cidadão por meio de compartilhamento de saberes e experiência e construção de conhecimento baseado no senso comum e em dados científicos. E quando consideramos que as pessoas com deficiência possuem uma profundidade quanto às suas relações e a sua vivência, torna-se necessário e possível o direito da educação para elas. Este direito à educação para pessoas com deficiência engloba não apenas o acesso a instituições de ensino, mas também o direito à inclusão escolar (SILVA, 2015).

A educação inclusiva é considerada um elemento-chave para a transformação social e deve estar presente em todos os espaços educativos, de forma interdisciplinar, transversal e holística. Essas questões exigem dos envolvidos novos conhecimentos teóricos e práticos, que venham a facilitar sua compreensão e melhorar a sua construção (MACHADO, 2007). Para tanto, precisamos aprofundar o olhar para essas construções sociais, políticas e econômicas que estão presentes dentro das concepções de currículo existentes e que acabam por influenciar diretamente como essa educação projetada para ser inclusiva acontece de fato. Dessa forma, acreditamos que poderíamos ter como ponto de partida, tentar compreender o que é currículo.

2 | AFINAL DE CONTAS, O QUE É CURRÍCULO?

Compreender o significado real de currículo é essencial para se pensar como este pode mediar a formação docente. Currículo é texto é produção de sentidos já afirmavam Lopes e Macedo (2011), e esse texto no decorrer do período histórico se configura dentro das relações de poder que se estabelecem em sua formação, relações estas, por vezes marcadas por tensões hegemônicas e ideológicas.

Silva (2002) discute as principais implicações contidas nas discussões que surgem em torno da temática “currículo”, na expectativa de tentar elucidá-lo, pois, defini-lo é uma tarefa que pode não se esgotar, tendo em vista a produção de sentidos que se constitui ao tentar ao tentar compreender de fato o que seja “currículo”, por conta desta ideologia dominante na forma como o currículo é definido. O autor relata que currículo é identidade e

coloca em questionamento: o que seria de fato, uma teoria do currículo?

Assim, vai explicitando as principais características das teorias de currículo existentes, quais sejam: tradicionais, críticas e pós-críticas, cada uma se remetendo ao seu determinado tempo histórico. O que se percebe é que cada tipo de teoria tenta explicar qual conhecimento deve ser ensinado, e para responder essa questão o que se evidencia são os critérios de seleção “deste” ou “aquele” conhecimento que deve compor tal concepção de currículo. Um fato que deve ser considerado ao tentar compreender essas questões é que as teorias tradicionais de currículo atuam no campo da neutralidade, buscando selecionar, “o quê” ensinar e “o como” fazer para ensinar os conteúdos selecionados, já as teorias críticas e pós-críticas de currículo apontam para a não-neutralidade, para além de selecionarem “o que”, procuram colocar em evidência “o por quê”.

Cabe aqui registrar, que para compreender o real significado de currículo devem situá-lo historicamente, pois, a cada demarcação histórica pode-se perceber as relações de poder intrínsecas no currículo construído em dado momento. Relações estas que se revelam de caráter profundamente hegemônico e ideológico. Currículo é, portanto, identidade e poder.

Assim percebe-se, que o objetivo de Silva (2002) é esclarecer se há realmente uma teoria de currículo. Compreendendo as relações de poder intrínsecas no currículo podemos analisar de forma bem sintética, a teoria tradicional do currículo em suas diversas funções, lembrando que a ideia não é esgotar a discussão e sim aclarar pontos que são essenciais para o entendimento das demais teorias subjacentes.

Em sua episteme a Teoria de Currículo Tradicional pretende estabelecer uma neutralidade em relação ao conhecimento, essa teoria se preocupa com o processamento de pessoas e não com o processamento do conhecimento, limita-se, portanto, a indagar: o que ensinar? Daí a concepção de que que currículo é uma lista de conteúdos que devem ser transmitidos aos alunos pelo professor, pode-se dizer também: “aquilo que o aluno deve aprender”.

De acordo com Foucault (2010) existem relações de poder em todas as instâncias, que são dadas principalmente através do saber, onde o poder é detido por quem institucionaliza o saber que tem. Assim fica evidente que a função cultural de um currículo tradicional direciona o ensino para padronizar os “habitus” do sistema econômico, social e político dominante. É um capital cultural da classe dominante que tem em seu âmago códigos que são indecifráveis ao proletariado. Por sua vez, os alunos de classe abastadas conhecem os códigos implícitos nesse capital cultural e o compreendem de forma natural, pois são nativos dessa cultura, isso é poder.

Não se pode discutir o currículo tradicional dissociado de suas funções. Assim, pode-se refletir sobre a função política desse currículo, compreendendo-o ligado à sociedade e à

educação. Assim, relacionado a toda essa concepção formada de currículo percebe-se que a luta histórica por inclusão escolar de estudantes com deficiência está bem distante de se tornar a mais adequada ou a que mais contempla os anseios daqueles que há muito tempo estão à margem da escola. Abre-se espaço para um questionamento: a que passos anda a construção de um currículo inclusivo que atenda às necessidades específicas de cada indivíduo público-alvo da educação especial?

Com a formação do currículo, a escolha dos conteúdos e materiais a serem trabalhados, o estabelecimento de relações interpessoais entre os membros da escola e os métodos utilizados no ensino, a escola atua em seu papel de instituidora de identidades, ditando não apenas comportamentos, concepções e atitudes a seus alunos, mas também classificando e punindo aqueles desviantes do que é considerado normal. Os resultados de uma educação que coaduna com valores excludentes podem ser diversos, indo desde o sofrimento pessoal motivado pela não aceitação social das diferenças individuais até o fracasso escolar (MAIA, NAVARRO e MAIA, 2011). Quando se trata do ensino de Matemática isso se intensifica.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa tem como um dos principais objetivos a interpretação dos dados através da compreensão do pesquisador sobre um determinado objeto, sendo assim esta pesquisa possui cunho qualitativo, pois enfoca os contextos sociais, as diferentes perspectivas e a subjetividade dos participantes (FLICK, 2009). Esta abordagem não visa quantificar os dados e sim compreendê-los. Moreira (2004, p.07) nos diz que:

O interesse central dessa pesquisa está em uma *interpretação dos significados* atribuídos pelos sujeitos a suas *ações* em uma *realidade socialmente construída*, através de *observação participativa*, isto é, o pesquisador fica *imerso* no fenômeno de interesse.

O presente estudo visou investigar qual a importância dos estudos curriculares inclusivos nos campos das disciplinas de Matemática. Nosso interesse é compreender como as necessidades dos alunos com deficiência tem sido considerada na construção do currículo escolar, ponderando a necessidade de uma inclusão educacional efetiva de fato.

Essa investigação se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos pesquisadores sobre determinado assunto, apresentando assim um conjunto de informações sobre um todo, a partir de materiais elaborados que possuem em comum um objetivo e um público específico (GIL, 2010). Gil ainda pontua que na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso das bibliotecas e artigos virtuais. Optou-se por fazer um levantamento bibliográfico. Para isso buscou-se na literatura, observar os escritos curriculares à luz dos referenciais teóricos que pesquisam sobre a referida temática, na

expectativa de desvelar como as práticas inclusivas para o ensino de matemática tem se dado no cenário educacional.

4 | AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA GARANTIA DA INCLUSÃO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Segundo Fernandes e Glat (2005), a divulgação e reconhecimento da Educação Inclusiva como método prioritário de atendimento a pessoas com deficiência, no âmbito de que as mesmas devem adequar-se às escolas regulares, que apresentam melhor e mais adaptada estrutura e não segrega como as instituições especializadas, como dita a Declaração de Salamanca, ainda é precária.

É preciso que haja uma alteração curricular no sentido de envolver todos. “Num currículo fechado o professor tinha uma comodidade, pois sempre seguia passo a passo sua programação independente do perfil do aluno ou da comunidade; no currículo aberto, por sua vez, o professor tem que se adaptar às particularidades do aluno ao ambiente” (SANCHES; ARRUDA, 2014). Por isso, o trabalho com a adequação de recursos e materiais que impulsionam a aprendizagem significativa na área de Matemática são essenciais nesse processo e essas ações precisam estar inseridas nas concepções curriculares adotadas nas escolas.

Assim, o art. 59 da LDB (2018) estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas para atender às suas necessidades, além de professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 2018, p. 12).

Nessa perspectiva, acredita-se que a formação de professores para a inclusão deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Logo, o professor precisa ser formado de modo, a saber articular seus conhecimentos e competências mediante ação e reflexão teórico-prática que auxiliem aos estudantes superar as dificuldades historicamente existentes no contexto do ensino das ciências exatas e esse aspecto precisa compor a construção ideológica do currículo escolar.

Contudo, Oliveira e Machado apontam que,

Nos cursos de formação de professores teoriza-se sobre Educação Inclusiva, em aulas comumente esvaziadas do “tom” e do teor didático-prático e político que é necessário, e não se “mergulha” seriamente no assunto. Ao lidar diretamente com os alunos, no cotidiano da escola, os docentes são invadidos por sentimentos que vão da perplexidade à frustração, da exaustão à impotência. Não sabem o que fazer, nem como ensinar a esses alunos. (OLIVEIRA E MACHADO, 2009, p. 38).

Essas dificuldades, portanto, podem ser superadas com a aplicação de estratégias de ensino que consigam abarcar questões que perpassam pelo universo conceitual atuando no campo do cognitivo, no que se refere à forma como os estudantes se apropriam de determinado conteúdo. No processo de aquisição do conhecimento matemático, mais especificamente na apropriação das competências e habilidades para a resolução de situações-problema.

Para tanto, se torna essencial a busca por metodologia de ensino e práticas diferenciadas criativas que possam de fato garantir que o mesmo avance na direção de uma aprendizagem proveitosa que o prepare para a vida, na perspectiva de que, nossos estudantes na condição de aprendentes possam ser capazes de resolver habilmente os mais variados problemas matemáticos que por ventura tiverem acesso ou aprendizagens ligadas ao campo da matemática que lhe forem apresentadas.

Nesse contexto, concordamos com Silva-Porta Et. al., (2016, p. 217), quando assinala que “Para que haja inclusão, necessitamos que as escolas tenham uma organização curricular dinâmica, flexível, passível de adaptações para que possam responder à diversidade dos educandos que encontramos nas escolas brasileiras e assim proceder com sucesso à sua escolarização. ”

Assim, percebe-se a importância sobre estudos e formações que possibilitem ao professor ter conhecimentos sobre como realizar adaptações curriculares que favoreça a aprendizagem de estudantes com deficiência e que este possa ter apoio de uma equipe pedagógica para auxiliar nesta construção. Logo,

O ensino adaptador exige muito aos professores, mas também da administração educativa e da sociedade, que devem garantir aos professores e professoras condições de trabalho (espaços, tempos, instalações, reconhecimento, etc.) e os recursos específicos (de formação, serviços especificados, materiais, etc) de que necessitam para adaptar as formas de ensino à diversidade dos alunos. (COOL, 2003, p. 7).

Se atualmente falamos sobre adaptações curriculares e devemos aprender a realizá-las é porque percebemos a importância desta prática diante da heterogeneidade que se encontra presente nas salas de aula. É nesse contexto que a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, no seu artigo 27, vem ratificar que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 22).

Quando lançamos nosso olhar para o ensino de matemática, que exigem bastante análise, reflexão, observação e relação entre o conteúdo e o dia a dia dos estudantes,

consideremos ainda mais necessário a efetivação de estudos curriculares e de adaptações curriculares para atender aos alunos com deficiência.

Portanto, precisamos entender que Adaptações Curriculares “são ajustes realizados no currículo, para que ele se torne apropriado ao acolhimento das diversidades do alunado”. Oliveira e Machado (2009 p. 36). Logo,

Adaptações Curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA E MACHADO, 2009, p. 36).

Assim, evidenciou-se que a troca de experiência e de vivências entre os professores constitui-se como um fator importante, pois, desta forma é possível favorecer a construção de conhecimentos e de estratégias utilizadas com sucesso na inclusão dos alunos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos e discussões sobre o currículo sempre tiveram papel de destaque no cenário educacional brasileiro, e “Assim como a construção do currículo é um desafio constante, também o é o percurso da implementação das adaptações curriculares.” (OLIVEIRA E MACHADO, 2009 p. 38).

Nesse contexto observou-se que é preciso repensar a formação de professores no Brasil, onde não se contempla, no próprio currículo dos cursos de licenciatura, formação necessária para a diversidade.

Neste trabalho buscou-se problematizar o tema currículo e adaptações curriculares para o sucesso da inclusão de alunos, que em determinados momentos, devido as suas limitações físicas ou intelectuais, podem apresentar dificuldades para a promoção de suas aprendizagens.

Do mesmo modo pode acontecer com os docentes ao perceberem que suas práticas e seus conhecimentos não abrangem a diversidade presente nas salas de aula. Assim, se percebe a necessidade de se realizarem estudos com estas temáticas e a importância de que este seja realizado pelo corpo docente e também pelo corpo técnico pedagógico, tendo em vista que a inclusão é uma tarefa de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. Ed. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 01/02/2022.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão: Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146. Brasília: Centro Gráfico, 2015.

COOL, Cessar. **Atenção à diversidade e qualidade do ensino**. Revista do centro de educação, ed. 2003, nº 22.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 5.ed – São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre os paradigmas atuais no contexto da educação especial brasileira. **Educação Especial/ Ministério da Educação**, Brasília, v. 1, n. 1, p.35-32, out. 2005.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Débora de Sousa. **Uma abordagem sobre a relação entre afetividade, aprendizagem e sentido subjetivo da deficiência visual**: relatos de experiência em uma escola pública do Distrito Federal. 2007. 26-28 p. monografia (monografia de Graduação em pedagogia) - pedagogia, UNB, Brasília - DF, 2007.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Reflexões sobre a diferença**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 35 p.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. **Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental**. Psic. da Ed, São Paulo, v. 32, n. 1, p.25-46, jan. 2011.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p.29-34, maio 2001.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**. 2003. s/v. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Unimep, Piracicaba, 2003.

MOREIRA, D. A. Pesquisa em Administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Revista de Administração e Inovação**, v. 1, n. 1, 2004.

NUNES, T et al. **Educação Matemática**: números e operações numéricas. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Eloiza de; MACHADO, Katia da Silva. Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva. GLAT, Rosana (org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SANCHES, Patrícia Aparecida Squarça; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação Especial: Inclusão que gera a exclusão. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**: Faculdade de administração e ciências contábeis de São Roque- FAC, São Roque, v. 5, n. 1, p.13-14, maio 2014.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O Papel do Professor

Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**: faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque - FAC, São Roque, v. 5, n. 1, p.4-16, maio 2015.

SILVA-PORTA, Wilma Carin Et al. **Perfil dos estudos feitos sobre adaptação curricular no âmbito da escola regular**. Revista Educação Especial, v. 29, n54, p. 215-231, Jan/Abr. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SABERES E PERSPECTIVAS

NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



Atena
Editora
Ano 2022